

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA**  
**DEPARTAMENTO DE GESTÃO PÚBLICA – DGP**  
**CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - BAP**

**JOSIANO RIBEIRO DE LIMA**

**DIFUSÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA ENTRE OS SERVIDORES  
PÚBLICOS: UMA REVISÃO DA LITERATURA**

**JOÃO PESSOA-PB**

**2021**

JOSIANO RIBEIRO DE LIMA

**DIFUSÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA ENTRE OS SERVIDORES  
PÚBLICOS: UMA REVISÃO DA LITERATURA**

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de Artigo Científico apresentado ao Curso de Bacharelado em Administração Pública da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Graduado em Administração Pública.

Orientador(a): Profa. Dra. Carla Calixto da Silva

JOÃO PESSOA –PB  
2021

# FICHA CATALOGRÁFICA

## Catálogo na publicação Seção de Catalogação e Classificação

L732d Lima, Josiano Ribeiro de.  
Difusão da educação financeira entre os servidores  
públicos: uma revisão da literatura / Josiano  
Ribeiro de Lima. - João Pessoa, 2021.  
35 f. : il.

Orientação: Carla Calixto da Silva. TCC (Graduação)-  
UFPB/CCSA.

1. Educação financeira. 2. Servidores Públicos. 3.  
Revisão de literatura sistemática. I. Silva, Carla  
Calixto da. II. Título.

UFPB/  
CCSA

CDU  
35:64.031.3(02)

JOSIANO RIBEIRO DE LIMA

**DIFUSÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA ENTRE OS SERVIDORES  
PÚBLICOS: UMA REVISÃO DA LITERATURA**

Aprovado em: 01 de dezembro de 2021.

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de artigo científico apresentado ao Curso de Administração Pública da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do grau de graduado, sob a avaliação da seguinte banca examinadora:

*Sabrina de Melo Cabral*

---

Professor(a) Dra. Sabrina de Melo Cabral

Examinador(a)

*Edilene Dias Santos*

---

Professor(a) Dra. Edilene Dias Santos

Examinador(a)

*Carla Calixto da Silva*

---

Professor(a) Dra. Carla Calixto da Silva

Orientador(a)

João Pessoa, 01 de Dezembro de 2021.

## **DIFUSÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA ENTRE OS SERVIDORES PÚBLICOS: UMA REVISÃO DA LITERATURA**

**Resumo:** O objetivo geral do presente estudo é apresentar uma revisão teórica dos artigos científicos nacionais existentes, contemplando, assim, o estado da arte acerca da temática da educação financeira dos servidores públicos no período de 2011 a 2021. Para alcançar o objetivo do trabalho, optou-se por realizar uma pesquisa de natureza qualitativa com a utilização do método de revisão bibliográfica e exploratório. Após o estabelecimento de um processo de filtragem e refinamento nas bases de dados Capes Periódicos e Google Acadêmico foi obtida uma amostra de 29 estudos sobre o tema que passaram por uma leitura minuciosa para extração dos dados que seriam agrupados em sete categorias a fim de retratar as particularidades culturais, políticas, sociais e econômicas, que envolvem a temática. As sete categorias visam: identificar a distribuição de estudos ao longo dos anos, destacando as instituições de pesquisa e os pesquisadores que desenvolveram e publicaram estudos científicos sobre o tema; verificar quantitativamente as regiões que mais produziram artigos sobre a temática, assim como as áreas que mais publicam e as abordagens de pesquisa mais utilizadas e por fim foi explorado o progresso da produção acadêmica analisando o conteúdo dos principais resultados encontrados nas pesquisas por meio de uma categorização dos trabalhos.

**Palavras-chave:** Educação financeira, Servidores Públicos, Revisão da literatura.

**Abstract:** The general objective of this study is to present a theoretical review of existing national scientific articles, thus contemplating the state of the art on the theme of financial education of public servants in the period from 2011 to 2021. In order to carry out a qualitative research using the bibliographic and exploratory review method. After establishing a filtering and refinement process in the Capes Periodicals and Google Academic databases, a sample of 29 studies on the subject was obtained, which underwent a thorough reading to extract the data that would be grouped into seven categories in order to portray the cultural, political, social and economic particularities involving the theme. The seven categories aim to: identify the distribution of studies over the years, highlighting the research institutions and researchers who developed and published scientific studies on the subject; quantitatively verify the regions that produced the most articles on the subject, as well as the areas that publish the most and the most used research approaches and finally the progress of academic production was explored, analyzing the content of the main results found in the researches through a categorization of the works.

**Keywords:** Financial Education, Public Servants, Literature Revision.

## **DIFUSÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA ENTRE OS SERVIDORES PÚBLICOS: UMA REVISÃO DA LITERATURA**

Josiano Ribeiro de Lima – Discente BAP/EAD/UFPB

Carla Calixto da Silva – Orientadora DGP/BAP/UFPB

### **1. INTRODUÇÃO**

A estabilização econômica e inflacionária a partir do surgimento do Plano Real, no ano de 1994, somada aos programas de geração de emprego e renda, modificaram o comportamento do brasileiro em termos de consumo e acesso ao crédito (PEREIRA, 2020). Com esse movimento houve inclusão financeira por meio da democratização do acesso aos produtos financeiros e isso proporcionou ascensão social com a criação da chamada nova classe média. Porém, essa ascensão não veio acompanhada de educação financeira adequada e o resultado até então tem sido o alto endividamento da população brasileira (COTIAS, 2017).

De acordo com dados da última Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor – PEIC (2021), que é realizada mensalmente, o nível de endividamento das famílias atingiu números recordes em julho de 2021, entre as famílias que possuem renda menor que 10 salários mínimos o percentual de endividamento é de 72,6%, se comparado com o mesmo período de 2020 houve uma alta de 3,6 pontos percentuais quando o número encontrava-se na casa dos 69%. No grupo que recebe mais de dez salários mínimos, a situação não é diferente, o percentual passou de 59,1% em julho de 2020 para 66,3% julho de 2021. (NITAHARA, 2021)

Essas estatísticas confirmam a lacuna existente em relação à educação financeira, que segundo Souza (2019) é um tema que as famílias deveriam priorizar independentemente do ofício que exercem, pois, com um entendimento, no mínimo básico, acerca do assunto é possível fazer uma boa gestão dos recursos proporcionando qualidade de vida aos familiares e auxiliando diretamente no desenvolvimento financeiro do país.

A temática relativa à educação financeira vem ganhando espaço e importância nos últimos anos, à medida que governos e sociedades têm ampliado o debate acerca desse assunto, face à relevância vital atribuída ao tema para o bom andamento do sistema econômico de uma nação. Em um esforço conjunto para levar a temática para todas as esferas institucionais da

sociedade, bem como promover amadurecimento no nível de educação financeira de suas populações, diversos países, inclusive o Brasil, passaram a fomentar estratégias nacionais de educação financeira, sob a orientação da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (ZEMIACKI, 2016).

De encontro a esse movimento no ano de 2010 foi instituída a primeira Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) no Brasil por meio do Decreto Federal nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010, considerada uma política de Estado de caráter permanente com o objetivo de contribuir para o fortalecimento do exercício da cidadania fornecendo e apoiando ações que ajudem a população a tomar decisões financeiras autônomas e conscientes. A Estratégia foi atualizada em junho de 2020 com o Decreto Federal nº 10.393 que instituiu a nova ENEF e adicionou o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF) com a finalidade de promover a educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal no País.

Estudos recentes, como os de Flores, Vieira e Coronel (2014); Cavalcante, Melo e Almeida (2014); Souza (2015); Ferreira (2017), Machado (2020) e Orozimbo Júnior (2021) analisaram a educação financeira no Brasil e obtiveram resultados que corroboram a tese de que adquirir conhecimentos, habilidades e atitudes financeiras podem ser a solução para limitar os danos acarretados pelo descontrole e falta de planejamento financeiro, contribuindo assim, para o aumento da qualidade de vida das pessoas. Ademais, a falta do hábito de planejar a rotina individual ou familiar, poderá ocasionar consequências como aumento no nível de endividamento, problemas na produtividade do trabalho, problemas psicológicos e de saúde pública. Bem como, o comprometimento da renda familiar pode impactar no caos financeiro por conta dos gastos adicionais não previstos no orçamento.

Apesar da relevância do tema e da vasta literatura disponível sobre educação financeira no Brasil, verifica-se que o nível de exploração do tema da educação financeira referente aos servidores públicos ainda é escasso. Nestes termos, a contribuição da presente pesquisa encontra-se na busca pela sintetização dos estudos relativos a educação financeira referente aos servidores públicos, sendo esse um novo enfoque atribuído a linha de estudo das finanças pessoais que ainda não foi explorada por meio de artigos de revisão teórica. Assim, serão reunidas as informações necessárias para responder o seguinte problema de pesquisa: **como a Educação Financeira de Servidores Públicos Brasileiros tem sido tratado pelas publicações acadêmicas no período de 2011 a 2021?** Acredita-se, por hipótese, que no decorrer deste período, com a criação da estratégia nacional de educação financeira no Brasil, o

volume de pesquisas acadêmicas tenha evoluído ao longo dos anos, fazendo-se necessário o mapeamento teórico da gestão financeira dos servidores públicos no Brasil.

Segundo Ferreira (2020) é relevante estudar o endividamento e a educação financeira dos servidores públicos, pois eles representam uma parcela considerável da população brasileira que detém poder econômico. Soma-se isto as inúmeras alternativas que podem levar os servidores públicos a uma situação de endividamento, bem como a importância destes para as organizações e para a sociedade de forma geral (SILVA *et al*, 2017).

Nesse sentido, o objetivo geral do presente estudo é apresentar uma revisão teórica dos artigos científicos nacionais existentes, contemplando, assim, o estado da arte acerca da temática da educação financeira dos servidores públicos no período de 2011 a 2021. Especificamente, pretende-se: a) identificar a distribuição de estudos ao longo dos anos, destacando as instituições de pesquisa e os pesquisadores que desenvolveram e publicaram estudos científicos sobre o tema; b) verificar quantitativamente as regiões que mais produziram artigos sobre a temática, assim como as áreas que mais publicam e as abordagens de pesquisa mais utilizadas e c) explorar o progresso da produção acadêmica analisando o conteúdo dos principais resultados encontrados nas pesquisas por meio de uma categorização dos trabalhos. Para tanto será realizado uma revisão da literatura entorno das pesquisas acadêmicas que publicaram sobre o assunto no período de 2011 a 2021 e como fonte de consulta foram utilizados os portais de periódicos da Capes e Google Acadêmico.

Este artigo está organizado em quatro seções, além desta introdução. Na primeira seção aborda-se os aspectos introdutórios sobre a educação financeira e sua importância para os servidores públicos. Na segunda seção consta a fundamentação teórica que serviu de base para o estudo, em seguida é apresentado o método de pesquisa e suas aplicações na terceira seção. Logo após, é realizada a análise dos dados e discussão dos resultados, e por fim, na seção cinco apresenta-se as considerações finais da pesquisa.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Para que seja possível entender os pontos a serem analisados será exposta uma revisão teórica acerca dos temas que serão abordados e utilizados na discussão. Será discorrido um pouco sobre o conceito de educação financeira e seu histórico no país. Em seguida será apresentado o conceito de finanças pessoais e planejamento financeiro pessoal. Seguindo para

o terceiro tópico será explanado o papel dos servidores públicos e a sua relação com o endividamento.

## 2.1 Educação financeira

A educação financeira diz respeito a capacidade de ler e compreender os números e dessa forma transformá-los em informação capaz de auxiliar num planejamento financeiro que garanta o consumo sustentável e que não comprometa o futuro das finanças pessoais. Ao adquirir e aperfeiçoar esses conhecimentos os indivíduos passam a organizar-se melhor e planejar o futuro de modo a atingir um nível de renda compatível com seus objetivos, além disso passam a desenvolver orçamentos adequados que correspondem ao seu potencial financeiro (CLAUDINO, 2009).

De uma forma mais detalhada, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) conceitua a educação financeira como:

“[...] processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos nelas envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar (OCDE, 2005)”.

Os problemas financeiros possuem origem na vinculação dos ganhos financeiros aos maus hábitos. Entende-se como hábitos que prejudicam a organização financeira: as compras não planejadas, a falta de um orçamento, o descontrole e os vícios. De modo simplificado existem duas formas de se destinar cada centavo que é recebido: gastando-o ou poupando-o. De acordo com Bitencourt (2004), para se alcançar a prosperidade financeira a solução está em encontrar o equilíbrio entre essas duas opções. Para obter esse equilíbrio se faz necessário o domínio de alguns conhecimentos, habilidades e atitudes angariados através da educação financeira, pois quanto maior o conhecimento acerca do assunto, menores serão os níveis de comprometimento da renda dos agentes econômicos (CLAUDINO, 2009).

No ano de 2010 foi instituída a ENEF que consistia em uma mobilização em torno da promoção de ações de educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal no Brasil. O objetivo principal da ENEF, criada através do Decreto Federal 7.397/2010 e renovada pelo Decreto Federal nº 10.393, de 9 de junho de 2020, é promover e apoiar atividades que auxiliem

a população a desenvolver sua autonomia para que consigam tomar decisões financeiras de forma consciente (BRASIL, 2017).

Desde a sua instituição, a ENEF vem buscando promover a disseminação dos conhecimentos financeiros para as mais diversas camadas da população, através da articulação de esforços vindos tanto do setor público como da iniciativa privada. Segundo Floriano (2020), a estratégia integra uma mobilização de âmbito nacional e uma das principais ações preconizadas por ela é oferecer educação financeira nos currículos escolares.

Essa ação foi viabilizada inicialmente no ano de 2018 com a inserção da Educação Financeira como tema transversal na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). De acordo com Giordano (2019) essa implantação teve como objetivo impulsionar o desenvolvimento de ações educativas ao articular esse conhecimento com outros saberes da educação básica e consequentemente promover avanços no letramento financeiro dos alunos. Ao serem expostos desde cedo a esses fundamentos a possibilidade de formar adultos financeiramente responsáveis e aptos a tomar decisões que irão estabelecer sua qualidade de vida no longo prazo aumentam substancialmente (ACOSTA, 2016).

Proporcionar educação financeira aos indivíduos é um importante elemento de estabilidade econômica e financeira, pois possibilita obter benefícios não apenas na esfera individual, mas também no âmbito da economia já que eles deterão conhecimento financeiro e provavelmente serão agentes poupadores. Os recursos poupados pelas famílias constituirão uma fonte de financiamento para diversos segmentos da economia que não conseguem ser totalmente financiados pelo Estado, visto que o mesmo historicamente é um agente deficitário (CLAUDINO, 2009).

Buscando avanços para esta área do conhecimento Vieira *et al.*, (2016) tentou entender de onde vem o bem-estar financeiro e obteve resultados que reforçam a importância de educar-se financeiramente para manutenção desse estado, já que pessoas que possuem o controle de suas ações no âmbito das finanças evitam a contração de dívidas e consequentemente tendem a um maior bem-estar financeiro. No estudo de Claudino *et al.* (2009) utilizando-se de uma análise da relação entre educação financeira e endividamento dos servidores de uma universidade pública federal, verificou-se que os piores níveis de dívidas estão associados ao baixo conhecimento de educação financeira.

Para Pacheco (2019) os servidores públicos na maioria das vezes possuem um perfil conservador, mas por possuírem uma certa previsibilidade no recebimento de seus rendimentos acabam por receber ofertas de muitos produtos financeiros, principalmente vinculando

facilidades à aquisição de empréstimos consignados, o que os tornam suscetíveis a contrair dívidas. Ideia essa que vai de encontro aos resultados da pesquisa de Flores *et al.* (2014) na qual os servidores da Universidade Federal de Santa Maria demonstraram possuir dívidas devido à facilidade de acesso ao crédito.

## **2.2 Finanças pessoais e planejamento financeiro pessoal**

As finanças pessoais abrangem a aplicação de conceitos financeiros nas decisões de uma pessoa ou família. Refere-se ao ato de gerenciar os eventos financeiros do cotidiano de cada indivíduo, como por exemplo: elaborar o orçamento doméstico, gerir a conta corrente, acompanhar os gastos, confrontar receitas e despesas (CHEROBIM E ESPEJO, 2010).

Pesquisas recentes mostram uma relação entre as finanças pessoais e a qualidade de vida (ACORDI, 2019). Por outro lado, essa qualidade pode ser prejudicada nos casos de exagero no comprometimento da renda pessoal (SILVA; NETO; ARAÚJO, 2017). Nesse sentido, de acordo com Silva (2012), o planejamento financeiro pode ser considerado um dos principais pontos de partida para o desenvolvimento pessoal, sendo um importante processo de reflexão que precede a ação de tomada de decisão. Ao planejar-se o indivíduo obtém um diagnóstico de sua situação atual e estabelece prioridades para alocação de recursos.

Segundo Frankenberg (1999), planejamento financeiro pessoal significa estabelecer e seguir uma estratégia precisa, deliberada e dirigida para a acumulação de bens e valores que irão formar o patrimônio de uma pessoa e de sua família, essa estratégia pode estar voltada para o curto ou longo prazo. Por meio da elaboração desse planejamento, é possível adequar os rendimentos da família às suas necessidades, identificar e reduzir gastos considerados desnecessários, planejar o consumo de bens evitando o pagamento de juros excessivos, delinear os objetivos de vida e enfrentar com maior tranquilidade os problemas inesperados (OLIVEIRA, 2015).

## **2.3 Servidores públicos e o endividamento**

Os servidores públicos são profissionais da função pública que atuam na estrutura do Estado exercendo as mais diversas atribuições para servir aos cidadãos, eles possuem vinculação permanente de trabalho com o Estado e recebem remuneração a cada período de trabalho prestado (CARVALHO FILHO, 2016). Estes servidores sofrem com frequência um enorme assédio por parte das instituições financeiras para a concessão de crédito, isso acontece por serem considerados um grupo de baixo risco de crédito, seja pela característica da

estabilidade no cargo ou pelo nível de renda acima da média da população (OLIVEIRA, 2015; SOUZA, 2015).

Segundo dados do Banco Central do Brasil (2018), em maio de 2018, os servidores públicos da União, dos Estados e dos Municípios, já deviam R\$180,2 bilhões aos bancos na modalidade de crédito consignado, o que dá uma média de contratação diária de R\$ 26,8 milhões em financiamentos com desconto em folha e que acarreta em média uma dívida de R\$ 15,7 mil para cada servidor (PEREIRA, 2020).

Com o objetivo de verificar o nível de endividamento do servidor público federal brasileiro Souza (2015) obteve dados que indicaram que a categoria dos servidores públicos foi a que mais se endividou, quando comparada com os empregados do setor privado. E esse endividamento ocorre principalmente pela contratação de crédito consignado, que apesar de ser uma modalidade que proporciona o pagamento de taxas de juros menores, tem levado servidores ao endividamento financeiro pessoal e familiar. Ademais, o autor também apresentou em sua pesquisa uma clara correlação negativa de empréstimos com o nível de escolaridade, ou seja, quanto maior a escolaridade menor a demanda por empréstimo, e também com o nível de renda, quanto maior o nível de renda, menor a demanda por empréstimos.

Os estudos de Silva (2008) e Alves (2016), por sua vez, revelaram uma tendência ao endividamento dos servidores públicos nos últimos anos, proporcionada, em especial, pelo uso indiscriminado do crédito, através do cartão de crédito, cheque especial, crédito imobiliário, empréstimos bancários, destacando-se o crédito consignado como o mais utilizado. De acordo com os autores, esse endividamento está relacionado principalmente, com os símbolos de status e posição social.

Na pesquisa de Acordi (2019) que se propôs a investigar a relação entre o endividamento e a percepção da qualidade de vida do servidor público da UTFPR, os resultados obtidos apontaram para uma tendência dos servidores que possuem empréstimo consignado adquirirem cada vez mais empréstimos e que dentre os servidores que possuíam empréstimo consignado de março de 2013 a março de 2017, 84,7% aumentaram o valor das parcelas a pagar.

Nesse contexto, Souza (2015) e Rodran (2015) enfatizam que o endividamento pode ocasionar sérios problemas de ordem mental e emocional, pois um profissional endividado fica tão preocupado em solucionar o problema e, ao mesmo tempo, ansioso pela pressão do credor, que acaba perdendo o foco de suas atividades no dia a dia. O desempenho começa a ficar

comprometido e esse profissional fica desmotivado, com o tempo, a consequência pode ser a redução da produtividade e até a perda do emprego.

Para Alves (2016), o crédito é, atualmente, uma mercadoria muito disponível e com acesso facilitado, abundantemente oferecido através de várias mídias o que acaba estimulando o consumo. Para o autor, não há nada de errado em consumir bens e serviços por meio do crédito, o problema ocorre quando esse crédito é utilizado de maneira irresponsável e acarreta o endividamento que vem sendo tratado hoje como um grave problema social, cuja responsabilidade não mais se aplica somente ao indivíduo, mas à sociedade em geral, pois suas causas e efeitos repercutem no mercado como um todo.

Artifon (2014), Dias (2013) e Oliveira (2015) tratam que o endividamento está diretamente relacionado com o consumo, os indivíduos com níveis mais elevados de consumismo apresentam uma atitude mais favorável ao endividamento. Nesse caso, o gasto normalmente é feito por impulso, sendo o produto adquirido, apenas para manter o status social e este, muitas vezes, depois de adquirido, logo perde seu valor, sendo substituído por outro de um modelo mais novo (OLIVIERI, 2013).

Nestes termos, o endividamento é cada vez mais impulsionado pelas novas formas de obtenção de crédito e da imposição de novos padrões de consumo, havendo uma predisposição à existência da cultura do endividamento no Brasil (NICÁCIO SILVA, 2008).

### **3. METODOLOGIA**

Para alcançar o objetivo do trabalho, optou-se por realizar a pesquisa de natureza qualitativa com a utilização do método de revisão bibliográfica e exploratório. Quanto a abordagem a pesquisa pode ser considerada qualitativa uma vez que foi realizada a interpretação por parte do pesquisador sobre o fenômeno em estudo (PEREIRA *et al*, 2018), com a finalidade de atender a questão central proposta. Quanto aos procedimentos, a pesquisa é enquadrada como uma revisão bibliográfica, que tem como objetivo desenvolver o estudo a partir de produções na literatura já existentes sobre determinado tema (GIL, 2002). Quanto aos objetivos, a pesquisa caracteriza-se com exploratória, pois busca mais informações relacionadas ao objeto em estudo (GIL, 2002).

Para atingir os objetivos específicos propostos foi escolhido como método a revisão sistemática da literatura por adotar um processo transparente, científico e replicável (COOK *et al.*, 1997). De acordo com Costa e Zoltowski (2014), a revisão sistemática é um procedimento que possibilita maximizar o potencial de uma busca, encontrando os resultados de uma forma

organizada que atende a certos critérios de estruturação e refinamento. A revisão sistemática da literatura também pode ser defendida como um meio de conhecer, classificar e interpretar investigações relevantes relacionadas a uma problemática, um nicho de determinada área ou fenômeno de interesse (KITCHENHAM, 2004 *Apud* FERREIRA, 2019).

De acordo com Costa e Zoltowski (2014), para realizar a revisão sistemática necessita-se seguir algumas etapas para que se obtenha um resultado de qualidade: (a) formular e delimitar a questão a ser pesquisada; (b) escolher as fontes de dados; (c) escolha das palavras-chave para a busca; (d) busca e ordenação dos resultados; (e) seleção de artigos pelo resumo, de acordo com critérios de inclusão e exclusão; (f) extração dos dados dos artigos selecionados; (g) avaliação dos artigos; (h) síntese e interpretação dos dados.

Formulada e delimitada a questão de pesquisa, a etapa seguinte diz respeito a escolha das fontes de dados, optou-se por pesquisar os trabalhos acadêmicos nas bases de dados da Capes Periódicos, por sua relevância no ambiente acadêmico e Google Acadêmico por sua capilaridade no acesso aos mais diversos repositórios e bibliotecas acadêmicas. A busca nas bases foi realizada por meio de alguns descritores e os trabalhos com aderência ao tema do presente estudo foram selecionados entre os 100 trabalhos mais relevantes que a base retornou para cada descritor, como foram utilizados 5 descritores o universo da pesquisa foi limitado a 500 estudos acadêmicos.

Para seleção dos trabalhos foi feita a leitura do título e/ou do resumo de cada um dos 500 resultados, foram selecionadas as pesquisas acadêmicas em língua portuguesa, publicadas entre 2011 e 2021, nessa etapa foram excluídos os trabalhos duplicados, os que não faziam parte do recorte temporal estipulado e os que não aderiam ao tema da pesquisa.

Na base da CAPES o descritor “finanças pessoais servidor” retornou 6 aderências ao tema, enquanto o “planejamento financeiro de servidores públicos” retornou 1. Na base do Google Acadêmico optou-se por utilizar “finanças pessoais servidores públicos” que retornou 9 trabalhos, “educação financeira servidores públicos” que resultou em 6 aderências e “planejamento financeiro servidores públicos” que proporcionou 7 contribuições para a amostra do trabalho. Ao fim das buscas foi obtida uma amostra de 29 pesquisas.

Com a utilização dos referidos descritores puderam ser encontrados 29 estudos, que foram filtrados manualmente de modo a verificar se os mesmos encontravam-se de acordo com os termos e critérios adotados por essa pesquisa. Os demais trabalhos foram desconsiderados por não atenderem aos critérios de refinamento aplicados na pesquisa.

A amostra de 29 pesquisas foi estratificada e organizada com o auxílio da planilha eletrônica *libre office calc* de modo a se conseguir extrair os dados que seriam utilizados para fornecer uma leitura da forma como está disposta a literatura acadêmica acerca da educação financeira dos servidores públicos. Respeitando-se as etapas estipuladas por Costa e Zoltowski (2014), após a extração dos dados dos trabalhos selecionados houve a avaliação dos artigos com o objetivo de identificar os padrões e as tendências da publicação científica concernente a educação financeira dos servidores públicos. E por último foi executada a síntese e interpretação dos dados, considerado o alicerce da apresentação dos resultados.

Nesta última etapa os estudos foram separados em sete categorias que buscaram retratar as particularidades culturais, políticas, sociais e econômicas, que envolvem a temática. Seis categorias passaram por uma análise quantitativa: ano de publicação, instituição, pesquisadores, regiões geográficas, área de pesquisa e a abordagem dos estudos. E a categoria dos resultados passou por uma análise de conteúdo proposta por Bardin (2010) que preconiza uma pré-análise para preparação do material, em sequência, temos a exploração do material, fase que tem por finalidade a categorização ou codificação no estudo e a terceira fase diz respeito ao tratamento dos resultados, por meio de inferência e interpretação.

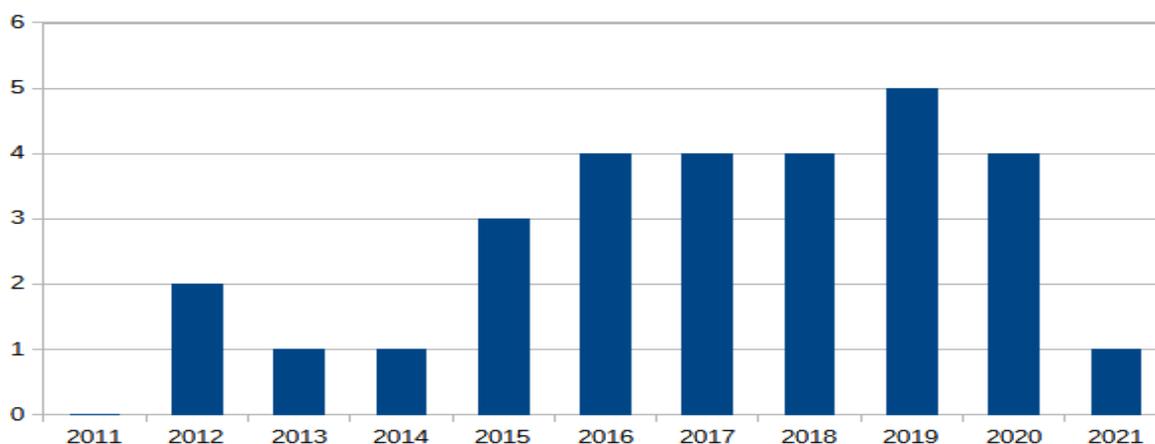
#### **4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Os dados serão exibidos em forma de figuras e gráficos a fim de auxiliar no entendimento e melhor retratar como os trabalhos publicados estão dispostos dentro do período. Além disso, foi possível verificar como o assunto está sendo debatido pelos autores, ou seja, de forma aplicada ou teórica.

##### **4.1 Ano de Publicação**

No intuito de iniciar a divulgação dos resultados, segue abaixo o Gráfico 1 que agrupa o número de pesquisas acadêmicas organizadas por ano (de 2011 a 2021). A contagem apresenta o volume total das publicações, as quais são: artigos, dissertações e monografias.

**Gráfico 1:** Distribuição anual de pesquisas acadêmicas publicadas sobre o tema



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

No primeiro ano não foi encontrado nenhum registro a cerca do tema da pesquisa, mas nos demais anos houve no mínimo uma e no máximo cinco publicações anuais, tendo uma média igual a 2,63 pesquisas/ano. Por meio da análise do número de publicações pode-se verificar que nos quatro primeiros anos após a instituição da ENEF o volume de trabalhos publicados foi baixo, período no qual foram desenvolvidas apenas 4 pesquisas sobre a temática, o que corresponde a apenas 13,7% da amostra.

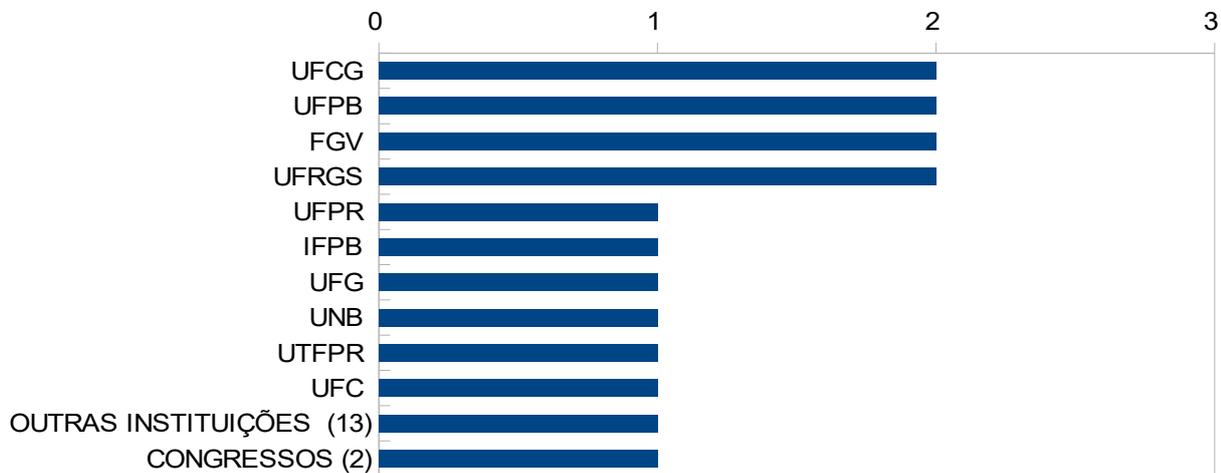
Essa produção ainda tímida dos primeiros anos, deu lugar a um crescimento significativo de publicações a partir do ano de 2015 que teve três estudos, já de 2016 a 2018 houve quatro publicações por ano totalizando doze, o que equivale a 41% da amostra. E no ano de 2019 atingiu-se o ápice do período com cinco publicações em um único ano. Porém, no ano de 2020 houve uma pequena retração e em seguida no ano de 2021 até o momento em que foram realizadas as buscas desta pesquisa apenas um estudo sobre o tema havia sido publicado, mesmo se tratando de um resultado parcial esperava-se mais para o período já que as publicações vinham em um movimento ascendente nos últimos anos. Esse resultado para o ano de 2021 pode ser consequência de aspectos relacionados a atual crise financeira e de saúde que está sendo vivenciada no momento, acarretadas pelo covid-19 é uma doença infecciosa causada pelo vírus SARS-CoV-2.

## 4.2 Instituição

Quando analisada a distribuição das publicações por instituição pode-se verificar uma dispersão significativa, de modo que nenhuma instituição publicou mais que dois estudos sobre

a temática. O Gráfico 2 a seguir, apresenta as instituições de ensino que publicaram os estudos relativos ao tema pesquisado.

**Gráfico 2:** Instituições que publicam estudos sobre o tema



**Fonte:** Dados da pesquisa (2021).

Apenas quatro instituições se destacaram com duas publicações cada, Universidade Federal de Campina Grande, Universidade Federal da Paraíba, Fundação Getúlio Vargas e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. As demais instituições ou periódicos publicaram apenas um estudo cada. Chama a atenção a concentração de publicações no Estado da Paraíba, que despontou com duas instituições entre as que mais publicaram no período analisado.

Infere-se, que com essa desconcentração dos estudos o tema ainda se encontra em estágio de introdução por parte da academia devido ao grande número de instituições com apenas uma publicação relativa ao tema. Por outro lado, entende-se como positiva a distribuição dos trabalhos sobre o tema entre 25 instituições de ensino superior, demonstrando o interesse crescente por parte da academia. Desse número, pode-se identificar 17 instituições públicas e 8 privadas o que demonstra um incentivo maior ao estudo da temática da educação financeira na área pública. Essa diferença pode ser explicada pelo fato das instituições públicas conterem os servidores públicos em seus quadros funcionais que são justamente o público a que a presente pesquisa se refere.

### 4.3 Pesquisadores

Dessa forma, foram mapeados e tabelados os autores das pesquisas para se ter um panorama acerca da concentração de autorias já que pode acontecer de um pesquisador

publicar estudos por mais de um periódico ou instituição. Contudo, a regra segue sendo a dispersão. Isso reforça o argumento citado anteriormente de que o tema ainda encontra-se numa fase de introdução na academia, que está começando a ser abordado, mas ainda de forma tímida.

Dos autores dos 29 trabalhos apenas três tiveram mais de uma pesquisa publicada nas bases de dados, são eles: Odilon Saturnino Silva Neto, Silvia Amélia Mendonça Flores e Kelmara Mendes Vieira todos com dois artigos cada. Os demais 62 autores tiveram apenas 1 publicação nas bases de dados. Na Tabela 1 a seguir pode-se constatar a lista com os nomes dos autores analisados na pesquisa.

**Tabela 1.** Relação dos autores que tiveram pesquisas publicadas sobre educação financeira de servidores públicos

Helena Nascimento da Silva Alves PONTES	Raquel de Aragão Uchoa FERNANDES	Jorge Leonardo Mosquera Torres De OLIVEIRA
Larissy Carneiro Nascimento AYRES	Juliana Menezes NUNES	Lucas Marin BESSA
Daniel Arruda CORONEL	Renata Cristina Soares OLIVEIRA	Ana Paula Camboim LEÃO
Jadson Santos da SILVA	Laudicéia Normando de SOUZA	Elcio Garcia GOMES
Ana Karla de Lucena Justino GOMES	Márcio Nannini da Silva FLORENCIO	Marcelo Machado MARTINS
Rogério da SILVA	Susaneide Andrade Santana SANTOS	Dinuarí da Rocha SOUZA
Arilda TEIXEIRA,	Maria Andrea Rocha ESCOBAR	Cristiane Lorenzetti COLLARES
Aziz Xavier BEIRUTH	Valdenira Menezes de Andrade PERONE	Hélio Heron Da Silveira ALVES
Greicy Bainha PACHECO	Ronei Mendes PEREIRA	Eduardo Jordão Silva De LIMA
Jéssica Pulino CAMPARA	Celso Vila Nova De SOUZA JÚNIOR	Elisangela Soares Ferreira LISBOA
Newton Carneiro Affonso COSTA JR.	Guilherme Campos GONÇALVES	Leonardo Lopes CHACON
Bianca Almeida CAVALCANTE	Jucyara Gomes da SILVA	Mayara Alves LOPES
Lilian Mara Lopes de MELO	Francine Patricia Costa ACORDI	FRANCISCA PAULA DA SILVA
Francisco Valdovir H. ALMEIDA	Júnia Rosa SOARES	Kaline Do Nascimento ABRANTES

Alexandre Nascimento de Almeida André NUNES	Valéria Louise de Araújo Maranhão Saturnino SILVA	Wényka Preston Leite Batista da Costa
Makário Luiz OROZIMBO JÚNIOR	Rafaela TREVISAN	Janniclan Teófilo Braga ARRUDA
Rebeca Cordeiro da Cunha ARAÚJO	Carolina Oliveira PEIXOTO	Jandeson Dantas da SILVA
Ana Luiza PARABONI	Romina Batista de Lucena de SOUZA	Sérgio Luiz Pedrosa SILVA
Taís da Rocha Sousa JUBINI	Sinara GUIMARÃES	José Mauro de Sousa BALBINO
Ani Caroline Grigion POTRICH	Rosiane Maria Lima GONÇALVES	Alexandre CAVALHERO
Jéssica Pulino CAMPARA	Ingrid de Andrade MIRANDA	

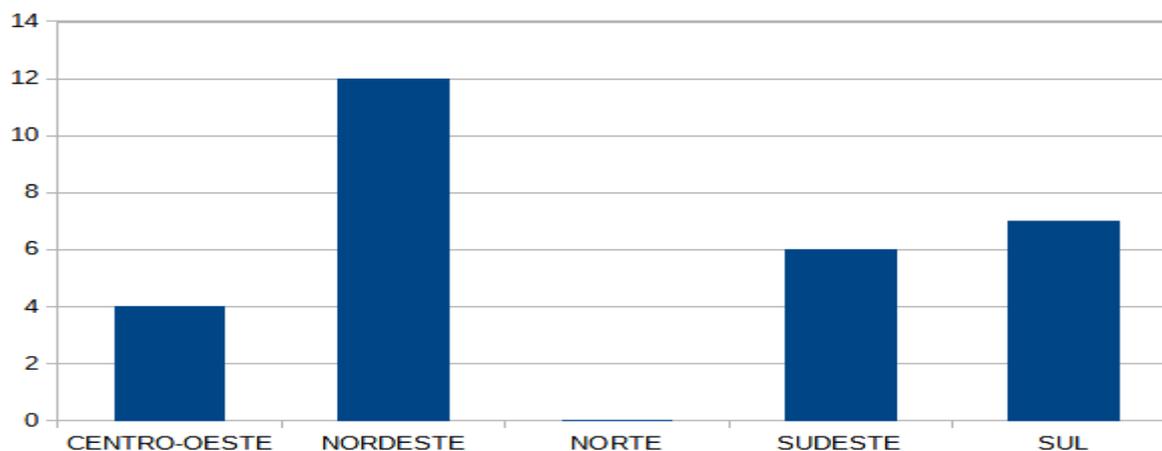
**Fonte:** Dados da pesquisa (2021).

Desta forma conclui-se que, entre outros aspectos, há necessidade de investimentos e esforços por parte dos pesquisadores da área para que a temática seja amplamente estudada e difundida no meio acadêmico.

#### 4.4 Região Geográfica

Pode-se verificar também a distribuição de publicações conforme a região geográfica a qual se vincula cada instituição acadêmica que possui algum trabalho publicado referente à presente pesquisa. Através do Gráfico 3 a seguir, é possível constatar melhor essa distribuição.

**Gráfico 3:** Pesquisas publicadas divididas por região geográfica



**Fonte:** Dados da pesquisa (2021).

Conforme o Gráfico 3 pode-se observar que a região que se destaca na produção de literatura acadêmica sobre a temática no período de 2011-2021 é a região Nordeste com a concentração de 12 pesquisas, contribuindo com o equivalente a 41,3% da amostra. Em segundo lugar aparece a região Sul com 7 pesquisas publicadas (24,1%), seguida pela região Sudeste e Centro-Oeste com 6 (20,6%) e 4 (13,7%) publicações, respectivamente. Por outro lado, chama atenção o fato da região Norte não ter nenhuma publicação relacionada ao tema.

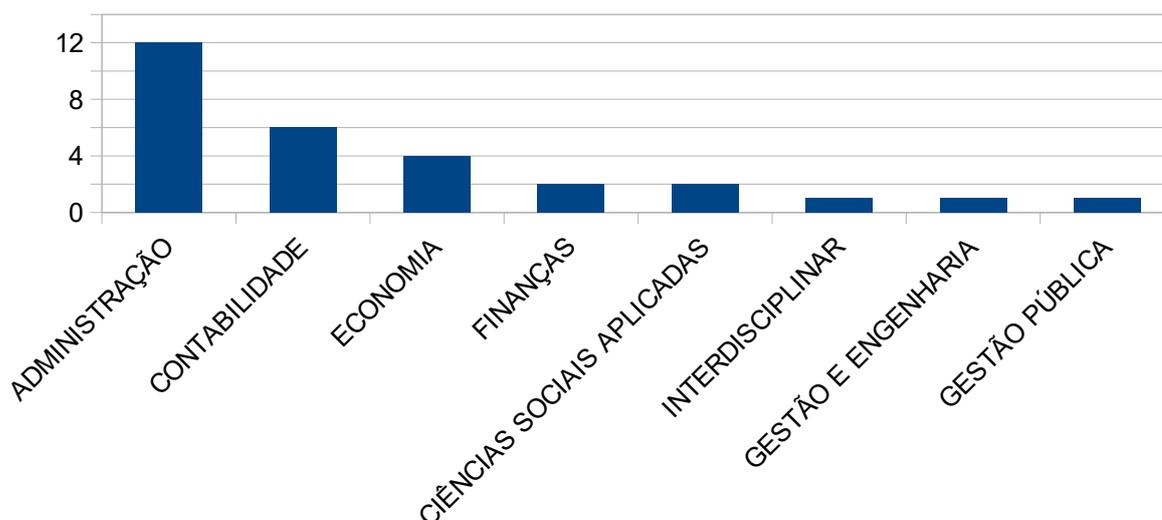
Esse resultado que promove a posição das regiões geográficas não corrobora com a classificação geral da produção científica nacional encontrada por Faria *et al*, (2010). De modo que nela, os autores concluíram que a região sudeste era hegemônica e respondia por 74,5% da produção nacional. Na presente pesquisa houve uma inversão nas posições entre as regiões Nordeste e Sudeste que ocupam a primeira e terceira posição na classificação nacional. As demais regiões ocupam as mesmas posições tanto nesta pesquisa como na classificação nacional, sendo: Sul em segundo, Centro-Oeste em quarto e o Norte em quinto.

Essa desconcentração pode ser consequência de políticas de Ciência e Tecnologia que vem sendo adotadas nos últimos anos por parte de órgãos governamentais a fim de descentralizar a atividade científica e tecnológica, voltando-se para outras regiões além da região Sudeste (FARIA *et al*, 2010). Bem como, pelo incentivo a educação financeira promovida pela UFPB com a criação em 2018 do curso de especialização financeira e os projetos de extensão nos cursos de Economia, Contabilidade, Administração e Gestão Pública.

#### **4.5 Área do Conhecimento**

A área do conhecimento diz respeito a área que cada periódico possui como escopo ou as instituições de ensino possuem como curso de graduação ou pós-graduação. No Gráfico 4 a seguir, pode-se constatar a abrangência das publicações sobre a área de conhecimento da amostra.

**Gráfico 4:** Divisão das publicações por área do conhecimento



**Fonte:** Dados da pesquisa (2021).

A área que desponta como a que mais publica sobre o tema é a de Administração com 12 pesquisas no período, que corresponde a 41,3% da amostra. Em seguida observa-se Contabilidade com 6 (21,1%), Economia com 4 (13,7%) e Finanças com 2 (6,8%). Curiosamente as ciências anteriormente citadas são consideradas subáreas do eixo ciência social aplicada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), porém como não houve especificação de área em 2 pesquisas, elas foram enquadradas separadamente apenas como ciência social aplicada o equivalente a 6,8% da amostra. Houve também 1 pesquisa publicada por periódico com escopo não limitado a uma área específica, considerado como interdisciplinar. Encontrou-se 1 pesquisa, equivalente a 3,4% da amostra, publicada por periódico da área de engenharia e gestão e 1 da área de gestão pública.

A hegemonia no número de publicações por parte das áreas das ciências sociais aplicadas deve-se ao maior contato que os pesquisadores dessas áreas possuem ao longo da trajetória acadêmica com disciplinas que contribuem para o melhor entendimento e manejo dos recursos financeiros, esse contato pode despertar o interesse para estudar e melhor compreender como determinados públicos lidam com suas economias, como é o caso da presente pesquisa.

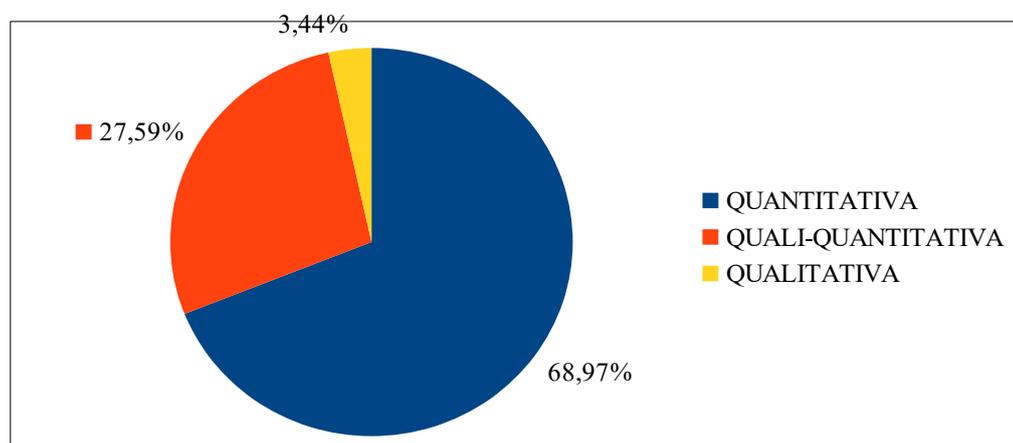
Corroborando com tal evidência, Amadeu (2009) em estudo realizado com 587 estudantes universitários brasileiros, apontaram que o maior contato durante a graduação ou em cursos especializados, com disciplinas de cunho financeiro ou econômico influencia

positivamente nas práticas financeiras cotidianas. Dessa forma, os alunos de ciências econômicas e administração apresentaram maior nível de conhecimento financeiro.

#### 4.6 Abordagem de Pesquisa

Quanto ao tipo de pesquisa empregada como orientação metodológica, observa-se na Gráfico 5 que, a partir da classificação do método elaborada pelos autores das pesquisas, os trabalhos da amostra seguem em sua maioria a metodologia quantitativa, que refere-se à utilização de análises matemáticas e estatísticas. Resultado semelhante ao obtido por Acosta (2016) em sua revisão bibliométrica acerca dos artigos sobre educação financeira.

**Gráfico 5:** Tipos de pesquisa utilizados nas publicações.



**Fonte:** Dados da pesquisa. (2021)

Percebe-se que existe uma tendência em se utilizar métodos matemáticos e estatísticos quando se trata dos assuntos relacionados ao aspecto financeiro, não havendo um balanceamento entre pesquisas qualitativas e pesquisa quantitativas, já que a abordagem quantitativa foi utilizada por quase 69% das pesquisas, enquanto que a abordagem qualitativa foi empregada por apenas 3,44% delas. Encontrou-se ainda um meio termo entre essas duas abordagens que é a tipologia qualitativa-quantitativa, presente em 27,59% das pesquisas.

A pesquisa quanti-quali, representa a combinação das duas citadas modalidades, utilizando em parte do trabalho a visão positivista, e em outra parte a visão fenomenológica, aproveitando-se o que há de melhor em cada uma delas (ARAÚJO; OLIVEIRA, 1997). Para Oliveira (1999) a pesquisa quantitativa é mais utilizada em trabalhos que abordam pesquisas descritivas, por classificar a relação entre as variáveis. A análise quantitativa de dados no caso

dos estudos de finanças é muito empregada por fornecer dados capazes de avaliar determinadas características da população ou fenômeno.

#### **4.7 Da Análise da Situação dos Servidores Públicos**

Os objetivos e resultados dos estudos foram submetidos à análise de conteúdo (Bardin, 2010). Esta análise foi realizada a partir de uma pré-análise dos 29 estudos selecionados, buscando entender a proposta investigativa de cada um deles; posteriormente os objetivos dos estudos foram agrupados por suas semelhanças com a finalidade de criar categorias que representassem este agrupamento. Foram identificadas 5 categorias:

##### *Categoria 1. Análise do Conhecimento Financeiro (7 estudos):*

Lisboa (2012) buscou identificar a relação do uso do planejamento com a situação financeira dos servidores e os resultados apontaram que quem faz uso do planejamento financeiro tem uma situação financeira mais estável. Cavalcante, Melo e Almeida (2014), por sua vez, procuraram mostrar a importância da educação financeira e qual o efeito que ela produz nas finanças pessoais dos servidores públicos. De acordo com os resultados a Educação Financeira aliada a um bom planejamento é uma excelente ferramenta para evitar situações de endividamento.

Silva, Teixeira e Beiruth (2016) investigaram o perfil dos servidores públicos, de um município do centro-oeste brasileiro, diante do significado da expressão “educação financeira” e a partir dos resultados, foi possível verificar que os servidores estão mais conscientes quanto ao uso do dinheiro, pagamento das dívidas e planejamento financeiro. Com isso foi identificado um nível satisfatório de educação financeira assim como conhecimento sobre juros e planejamento de gastos.

Jubini, Balbino e Bessa (2017) analisaram o nível de conhecimento e a aplicabilidade das finanças pessoais de um grupo de servidores de uma Instituição de Ensino Pública Federal e de uma forma geral, constataram que o nível de conhecimento e aplicabilidade sobre Educação Financeira destes servidores é insatisfatória. Pois mesmo os servidores possuindo um alto grau de escolaridade, sendo que cerca de 95% possuem, pelo menos, o ensino superior completo, 56,32% dos pesquisados disseram que NÃO acompanham suas finanças com frequência.

Silva e Gomes (2018) buscaram verificar o conhecimento acerca do gerenciamento dos recursos financeiros pessoais para os servidores lotados no Centro de Ciências Sociais e Aplicadas (CCSA), do campus I, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e de acordo com as respostas obtidas pode-se afirmar que esses servidores possuem algum tipo de gestão e educação financeira, pois caracterizam-se como pessoas cautelosas ao contrair algum tipo de dívida. De acordo os resultados da pesquisa, 71% concordam que fazem a análise da futura obrigação antes de adquiri-la e cerca de 70% dos respondentes concordam que realizam uma verificação junto ao seu orçamento se irão ter capacidade de pagar todas as prestações, antes de adquirir uma obrigação.

Nesta mesma linha, Florêncio *et al.* (2020) buscaram analisar a alfabetização e planejamento financeiro pessoal de servidores de uma universidade pública situada no interior de Sergipe. E os resultados demonstraram que os servidores têm um bom conhecimento sobre finanças pessoais e que tais conhecimentos foram adquiridos por conta própria. No entanto, os resultados para os conhecimentos financeiros não são satisfatórios, pois uma grande parte deles demonstrou ter pouco conhecimento a respeito de taxas de juros, desconto e investimento.

Já Lima (2020) propôs identificar os níveis de alfabetização financeira de policiais militares da paraíba. Conforme os resultados, em relação a educação financeira 46,78% sabe do que se trata e a utiliza, 40,32% sabe do que se trata, mas não a utiliza e 12,9% desconhece o assunto.

#### *Categoria 2. Análise do Endividamento (10 estudos):*

Flores, Vieira e Coronel (2013) se propuseram a investigar a influência de fatores comportamentais na propensão ao endividamento dos servidores públicos e descobriram que quanto maior a percepção de risco e o grau de educação financeira, menor a propensão ao endividamento. Neste caso, existe uma maior percepção de risco dos casados em relação aos solteiros. Bem como, os servidores apresentaram baixos níveis de endividamento e um comportamento conservador perante o risco financeiro. Souza (2015) teve como objetivo analisar o endividamento do Servidor Público Federal da Fundação Universidade de Brasília (FUB) e os resultados demonstraram que esse endividamento tem crescido com a ampliação da oferta de crédito e pela facilidade de obtê-lo, ampliando o poder de compra desse servidor no presente, mas reduzindo-o no futuro.

Já Alves (2016) com o objetivo de analisar o crescente índice de endividamento financeiro dos servidores técnico-administrativos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul destacaram-se o número elevado de servidores técnico-administrativos da Universidade que utilizam a modalidade de crédito consignado. De acordo com os resultados, o número alcança 1903 servidores técnico-administrativos ativos, o que representa um percentual de 70% do total de 2715 servidores da instituição analisada.

Leão, Fernandes e Martins (2016) investigaram como as estratégias de endividamento financeiro estão afetando a vida de servidores públicos. Os resultados apontaram que as despesas relacionadas ao cotidiano, aliadas às contratações recorrentes de empréstimos consignados, podem contribuir negativamente com o desequilíbrio do orçamento doméstico, repercutindo no bem-estar psíquico, pessoal e social. O empréstimo consignado apresentou-se como líder no ranking dos motivos que levam as famílias estudadas ao desequilíbrio financeiro.

Soares, Cavalheiro e Trevisan (2017) buscaram diagnosticar os servidores públicos estaduais de Santa Catarina que possuem operações de crédito consignado e o endividamento familiar. Nos resultados pode-se verificar que dos 153.173 servidores estaduais, 56.830 encontravam-se endividados com consignados, o equivalente a 37,1% da população. Vale ressaltar que há um predomínio de servidores endividados com elevado nível de formação. E um crescimento não esperado no uso de empréstimo consignado entre os servidores com salário bruto acima de R\$ 16.500,00.

Lopes (2019) buscou verificar em seu estudo a relação entre a falta de planejamento financeiro pessoal e o endividamento em um grupo de policiais militares do Estado da Paraíba. Por meio dos resultados foi possível verificar que de modo geral a falta de gestão e planejamento das finanças pessoais é um dos fatores determinantes e indicadores ao endividamento.

Acordi (2019) empenhou-se em investigar a relação entre o endividamento familiar e a percepção da qualidade de vida do servidor público. O autor encontrou evidências estatísticas de que existe relação entre finanças pessoais e a percepção de qualidade de vida do indivíduo e de que existe relação entre o endividamento da família e a percepção de qualidade de vida do indivíduo. Collares (2019) avaliou o endividamento dos servidores do Poder Executivo do Governo do Estado do Ceará com empréstimos consignados, no período de março de 2019. Com os resultados obtidos foi possível inferir que são os servidores com menor idade, os casados, os do sexo masculino e os servidores com vínculo ativo que tendem a possuir maior endividamento através de empréstimos consignados.

Chacon (2019) por sua vez, buscou identificar as razões que levam os servidores públicos do Estado da Paraíba a utilizarem o crédito consignado. Foi percebido que o destino do dinheiro obtido com empréstimo foi para a compra de veículo (43% dos respondentes), para pagamento de dívidas (37% dos respondentes) e para a compra de bem de consumo (36% dos respondentes). Mais de um terço dos pesquisados tomaram empréstimo na modalidade consignado para pagamento de outras dívidas, portanto há indícios de que sejam famílias endividadas. Pereira *et al.* (2020) buscou traçar um panorama geral do endividamento dos servidores públicos da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) pela contratação do crédito consignado, entre os anos de 2016 a 2018. De acordo com os resultados, a evolução dos montantes consignados no ano de 2018 apresentou forte queda nos números, contrariando a curva ascendente continuada dessa modalidade de financiamento, o que pode ser explicado, em parte, pelo momento de turbulência política e incerteza econômica no país, que saía de um governo de transição pós-impeachment para uma eleição direta de forte polarização.

#### *Categoria 3. Previdência (1 estudo):*

Oliveira (2016) tentou identificar em sua pesquisa os motivos determinantes que levaram o servidor público a aderir à previdência complementar. Os principais motivos apontados pelos entrevistados para a adesão à previdência complementar são: a contraprestação estatal e a diversificação de investimentos. E os resultados do estudo indicam também que há um grupo de servidores que possuem uma propensão a aderir à previdência complementar, mas a falta de confiança e de informação são os dois principais motivos da não adesão.

#### *Categoria 4. Análise do Comportamento e Personalidade (5 estudos):*

Vieira *et al.* (2013) objetivando investigar a percepção e o comportamento de risco, realizaram um comparativo entre servidores públicos e indivíduos que exercem outras ocupações. Segundo eles, não foi possível identificar diferenças de percepção ou comportamento de risco entre os funcionários públicos e as demais profissões, e os funcionários públicos possuem renda garantida e estabilidade no emprego não foram fatores atenuantes na avaliação de risco.

Guimarães, Gonçalves e Miranda (2015) tiveram como objetivo analisar a propensão ao risco de endividamento excessivo dos servidores da Universidade Federal de Viçosa-MG. Os resultados mostram que os servidores entendem os riscos do endividamento excessivo, pois 67,0% não utilizam cartão de crédito quando não possuem dinheiro disponível para as despesas e 51,4% poupam visando a compra de um produto mais caro. Porém mais de 40% disseram que compram por impulso, que comprar coisas dá prazer e ficam incomodados quando não podem comprar o que querem. Os autores enfatizam que esse tipo de comportamento é preocupante, o que pode acarretar endividamentos, sendo necessário monitorá-lo e fornecer cursos e palestras a fim de proporcionar uma reeducação financeira.

Silva, Silva Neto e Araújo (2017) buscaram analisar a relação entre educação financeira e hábitos de consumo, investimento e a percepção de risco de servidores públicos. Dessa forma pode ser verificado que os principais motivos que levaram os entrevistados a optarem pelo emprego foram a estabilidade e a remuneração. Com relação as dívidas, os principais itens atribuídos ao atraso no pagamento foram: a falta de planejamento, a má gestão orçamentária e a facilidade de acesso ao crédito. Ademais, os autores concluíram que os servidores analisados são menos propensos ao risco, apresentando um perfil mais conservador em relação às decisões financeiras. E o nível de educação financeira deles é baixo.

Pacheco, Campara e Costa Júnior (2019) se propuseram a identificar quais aspectos influenciam a atitude ao endividamento e o conhecimento financeiro de servidores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Foi identificado que servidores com alta extroversão, baixa conscientização e que já fizeram ou fazem uso do crédito consignado são os mais propensos a ter atitude ao endividamento. Já os mais propensos a apresentarem baixo conhecimento financeiro são do sexo feminino, com mais idade, menos tempo de serviço, que gastam mais do que ganham e fazem ou já fizeram uso de crédito consignado.

Orozimbo Júnior (2021) teve o objetivo de investigar a eficácia da educação financeira como um caminho para a mudança de comportamentos que levam os indivíduos ao superendividamento. Nos resultados pode ser observado que o público em geral possui alto nível de instrução levando em consideração que mais da metade possui titulação acima do nível de graduação e fazem parte de carreiras públicas na área de Educação. Foi observado um bom nível de educação financeira, sendo que somente 10,12% gastam mais do que ganham, apesar de que 25,20% dependem de crédito de forma recorrente ou eventual para lidar com as próprias despesas. Também pode ser verificado na presente pesquisa a influência negativa nos fatores emocionais dos respondentes caso eles estejam com problemas financeiros.

*Categoria 5. Análise do Planejamento e Gerenciamento dos Recursos (6 estudos):*

Pontes, Ayres e Silva Neto (2015) compararam as práticas financeiras de servidores efetivos com as de prestadores de serviços (terceirizados) de um Hospital Público de João Pessoa-PB. A pesquisa apontou que os funcionários terceirizados conseguem controlar mais seus gastos em relação aos efetivos, demonstrando que os funcionários efetivos foram mais negligentes no tocante ao registro e acompanhamento das despesas mensais. Já quando o assunto é investimentos, foi evidenciado que mais da metade da amostra utiliza a poupança como forma de investimento. Entretanto, esta parcela dos que poupam corresponde fundamentalmente aos funcionários efetivos. O estudo revelou também, que mais de 90% dos terceirizados e prestadores não conseguem fazer algum tipo de investimento ou não investiram nada da sua renda líquida. Sendo assim, os resultados estatísticos confirmaram evidências descritivas de maior equilíbrio financeiro entre funcionários efetivos relativamente aos terceirizados e prestadores de serviços.

Gomes, Nunes e Oliveira (2017) visaram apresentar um planejamento financeiro pessoal, com enfoque nos servidores públicos, bem como expor a relevância de se realizar tal planejamento utilizando os controles contábeis. Nos resultados da pesquisa foi executado um estudo prático com uma família de classe média, constituída por três pessoas sendo um casal, ambos servidores públicos federais e um filho menor. Os autores elaboraram, para o ente familiar, o Balanço Patrimonial relativo a 2014, o projeto do orçamento e fluxo de caixa (controle de gastos) para 2015 e, finalmente, um planejamento financeiro para complementação da aposentadoria. Nesse sentido, declararam que o resultado foi satisfatório e facilitou o entendimento sobre a riqueza líquida e possibilitou um controle melhor dos recursos financeiros dos servidores públicos. O que mostra a importância do conhecimento em educação financeira e planejamento no orçamento financeiro.

Peixoto e Souza (2018) buscaram identificar os impactos do parcelamento de salários no planejamento financeiro pessoal dos servidores estaduais do Rio Grande do Sul. Nos resultados encontrados pelos autores, pode-se verificar que entre os meios utilizados para contornar o parcelamento de salários, destacaram-se o corte de gastos e a contratação do empréstimo bancário do Banrisul. Ademais, constatou-se que os efeitos decorrentes do

parcelamento de salários são profundos, pois nota-se que em 87% dos casos, o salário de funcionário público constitui-se como a principal fonte de renda individual da amostra.

Silva (2018) investigou as práticas de gestão financeira pessoal adotadas por servidores públicos municipais efetivos lotados na Prefeitura Municipal de Sousa/PB. Os resultados da pesquisa mostraram que a maior parte dos servidores possuíam entendimento sobre as práticas relacionadas ao planejamento e controle financeiro pessoal, pois eles tinham propensão ao endividamento e a inadimplência baixa. No entanto, o autor destaca a importância dos entrevistados analisar com mais cuidado a aquisição de empréstimos para quitação de dívidas, como também à utilização de linhas de crédito como o cartão de crédito e os carnês de lojas, uma vez que as mesmas podem causar transtornos e comprometer a tranquilidade financeira.

Abrantes (2018) pretendeu investigar as práticas de gestão financeira pessoal adotadas por docentes das Instituições Federais de Ensino Superior instaladas no município de Sousa/PB. E por meio dos resultados obtidos, o autor concluiu que os docentes, em sua maioria, estão exercendo boas práticas de gestão financeira pessoal, já que foi verificado que a maioria deles conseguem pagar as contas e ainda sobra dinheiro, que planejam os gastos do mês com antecedência, que estão com as contas em dia e que costumam investir com frequência.

Neste contexto, Costa *et al.* (2020) também tiveram como objetivo analisar o planejamento financeiro pessoal dos servidores públicos de uma universidade pública estadual situada no estado do Rio Grande do Norte. Dentre os resultados da pesquisa, destaca-se o perfil financeiro, onde se observou que a maior parte dos respondentes dependem apenas da renda da universidade para honrarem seus compromissos financeiros, possuindo um nível médio de conhecimento financeiro, visto como essencial para o controle das finanças pessoais e maior qualidade de vida. Destacou-se ainda que os entrevistados avaliam positivamente o seu planejamento financeiro, com nível entre 7 e 10 e cerca de 70% afirmaram que não procuram ajuda de um contador para ajudar na organização e planejamento de suas finanças.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este artigo se propôs a realizar uma revisão da literatura sobre educação financeira de servidores públicos, para isso foram consideradas 29 pesquisas entre artigos, dissertações e monografias publicados no Google Acadêmico e no portal de periódicos da Capes no período de 2011 a 2021. Para atingir o objetivo pretendido foi utilizada uma abordagem qualitativa uma

vez que foi realizada a interpretação dos resultados, sendo isso uma análise qualitativa. Nesse sentido, buscou-se verificar o estado da arte relativo ao tema por meio da análise de sete categorias: ano de publicação, instituição, pesquisadores, regiões geográficas, área de pesquisa, abordagem dos estudos e os principais resultados encontrados.

Na observação do ano de publicação foi verificado que nos quatro primeiros anos o volume de trabalhos publicados foi baixo, período no qual foram desenvolvidas apenas 4 pesquisas sobre a temática, já de 2016 a 2018 houve quatro publicações por ano totalizando doze, o que equivale a 41% da amostra. E no ano de 2019 atingiu-se o ápice do período com cinco publicações em um único ano. Quanto as instituições que publicaram sobre o assunto verificou-se uma dispersão muito grande, onde apenas quatro instituições se destacaram com duas publicações cada, as demais publicaram apenas 1 pesquisa sobre o assunto. Quanto aos pesquisadores a regra segue sendo a dispersão, dos autores dos 29 trabalhos apenas três tiveram mais de uma pesquisa publicada nas bases de dados, são eles: Odilon Saturnino Silva Neto, Silvia Amélia Mendonça Flores e Kelmara Mendes Vieira todos com dois artigos cada. Os demais 62 autores tiveram apenas 1 publicação nas bases de dados.

Ao considerar a região geográfica em que os trabalhos foram publicados pode-se notar que a região que se destaca na produção de literatura sobre a temática no período é a região Nordeste com a concentração de 12 pesquisas. Em segundo lugar aparece a região Sul com 7 pesquisas publicadas, seguida pela região Sudeste e Centro-Oeste com 6 e 4 publicações, respectivamente. Continuando com a revisão foi possível identificar quais as áreas do conhecimento que mais produzem sobre o assunto, tendo como destaque a área de Administração com 12 pesquisas no período, em seguida observa-se Contabilidade com 6, Economia com 4 e Finanças com 2. Não houve especificação de área em 2 pesquisas elas foram enquadradas separadamente apenas como ciência social aplicada e houve também 1 pesquisa publicada por periódico com escopo não limitado a uma área específica, considerado como interdisciplinar, 1 pesquisa publicada por periódico da área de engenharia e gestão e 1 da área de gestão pública.

Quanto ao tipo de pesquisa empregada como orientação metodológica, observa-se que as abordagens quantitativas foram as mais usadas, evidenciando o aspecto matemático que envolve os estudos da área financeira. 20 (68,97%) pesquisas foram enquadradas como quantitativas, 8 (27,59%) como quantitativa-qualitativa e apenas 1 (3,44%) com qualitativa. Quanto a apuração dos objetivos e resultados verificou-se a relevância do que já foi pesquisado na área, os estudos foram submetidos à análise de conteúdo e em seguida foram agrupados por

suas semelhanças com a finalidade de criar categorias que representassem este agrupamento. Foram identificadas 5 categorias: Análise do Conhecimento Financeiro. (7 estudos); Análise do Endividamento (10 estudos); Previdência (1 estudo); Análise do Comportamento e Personalidade (5 estudos) e Análise do Planejamento e Gerenciamento dos Recursos (6 estudos).

Por fim, este trabalho pôde contribuir com a apresentação da diversidade de conteúdo que existe sobre o tema e como tem ocorrido a difusão da educação financeira entre os servidores públicos. Ao longo da pesquisa foram identificadas amostras de servidores extremamente qualificados e conscientes de suas atitudes financeiras, porém foram também evidenciadas amostras de servidores que estão em dificuldades financeiras e possuem um alto comprometimento de sua fonte de renda com endividamento, seja por crédito consignado ou por outras opções de crédito disponibilizadas pelas instituições financeiras.

A presente revisão de literatura encontrou fundamentos de que o estado da arte da educação financeira de servidores públicos, no cenário brasileiro, está em processo de introdução e amadurecimento. Ao longo do período analisado pode ser verificado que houve avanços no desenvolvimento do tema, mas é possível afirmar que existe um longo caminho a ser percorrido.

A fim de consolidar a educação financeira dos servidores públicos de modo a proporcionar um constante aperfeiçoamento do controle financeiro para que os servidores consigam exercer suas funções com equilíbrio, sugere-se a criação de uma normativa de caráter nacional que seja aplicada nas esferas federal, estadual e municipal assegurando a obrigatoriedade de disponibilização do acesso a cursos, palestras e workshops relativos ao conhecimento financeiro em ambiente virtual de aprendizagem de modo a assegurar a disseminação desses conceitos.

Dada as limitações do trabalho, sugere-se agora a execução do estudo para a parte prática, com a realização de entrevistas com os servidores na Paraíba em instituições públicas utilizando uma amostra que possa quantificar com mais precisão o estado da arte da educação financeira com os servidores públicos. Assim como também é relevante sugerir a realização de uma pesquisa que busque verificar a situação financeira dos servidores públicos no contexto da pandemia de covid-19, contexto esse que está sendo vivenciado no momento de elaboração da presente pesquisa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANTES, Kaline do Nascimento. **Gestão financeira pessoal: um estudo das práticas adotadas pelos docentes de instituições federais de ensino superior instaladas no Município de Sousa/PB.** Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Campina Grande. Souza-PB. p.41. 2018.

ACORDI, F. **Finanças pessoais, endividamento familiar e qualidade de vida do servidor.** Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Administração Pública em rede Nacional, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 144 f. 2019.

ACOSTA, Christian Dyon Krug. **Educação financeira: uma análise bibliométrica no período de 2011 a 2015.** 2016.

ALVES, Hélio Heron da Silveira. **O endividamento do servidor público no Brasil: o caso da universidade federal do Rio Grande do Sul.** Orientador: Sefano Florissi. 2016. 76f. Dissertação (Mestrado em Economia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

AMADEU, João Ricardo, **A Educação Financeira e sua Influência nas Decisões de Consumo e Investimento:** proposta de inserção da disciplina na matriz curricular. Orientadora: Ivone Tambelli Schmidt. 2009.91f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do Oeste Paulista, São Paulo, 2009.

ARAÚJO, Aneide Oliveira; OLIVEIRA, Marcelle Colares. **Tipos de pesquisa.** Trabalho de conclusão da disciplina Metodologia de Pesquisa Aplicada a Contabilidade -Departamento de Controladoria e Contabilidade da USP. São Paulo, 1997.

ARTIFON, Simone; PIVA, Maristela. Endividamento nos dias atuais: fatores psicológicos implicados neste processo. **Endividamento e implicações psíquicas.** Psicologia.p. 1-41, 2014.

BARDIN, L. (2010). **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70.

BRASIL. Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF. *Vida e dinheiro.* Disponível em: <<http://www.vidaedinheiro.gov.br/>>. Acesso em: 17 maio 2017.

BRASIL. **Relatório Cidadania Financeira 2018.** Banco Central do Brasil. Disponível em: <[https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos\\_cidadania/RIF/Relatorio%20Cidadania%20Financeira\\_BCB\\_16jan\\_2019.pdf](https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/RIF/Relatorio%20Cidadania%20Financeira_BCB_16jan_2019.pdf)>. Acesso em 10/04/2021

BRASIL. Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 2010. Seção 1, p.7-8.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular - Educação é a Base: Ensino Médio**. Brasília: MEC, 2018.

BITENCOURT, Cleusa Marli Gollo. **Finanças pessoais versus finanças empresariais**. 2004.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo** / José dos Santos Carvalho Filho. – 30. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Atlas, 2016.

CHEROBIM, A. P. M. S.; ESPEJO, M. M. dos S. B. (Org.) **Finanças Pessoais: Conhecer para enriquecer**. São Paulo: Atlas, 2010.

CHACON, Leonardo Lopes. **Empréstimos consignados: um estudo junto a servidores públicos do Estado da Paraíba**. (Monografia ) Universidade Federal Da Paraíba, João Pessoa. P 23. 2019.

CAVALCANTE, B. A.; MELO, L. M. de L.; ALMEIDA, F. V. H. A importância da educação financeira na tomada de decisão: um estudo com servidores do centro administrativo e financeiro (CAF) do município de Quixadá-CE. **Revista expressão católica**, Quixadá, CE, v.3, n.1, 2014.

COOK, D. J.; GREENGOLD, N. L.; ELLRODT, A. G.; WEINGARTEN, S. R. **The relation between systematic reviews and practice guidelines**. *Annals of Internal Medicine*, v. 127, n. 3, p. 210-216, 1997. PMID:9245227. <http://dx.doi.org/10.7326/0003-4819-1273-199708010-00006>.

COSTA, Wenyka Preston Leite Batista et al. Planejamento Financeiro Pessoal. **Revista Ambiente & Organizações**, v. 1, n. 1, p. 20-37, 2021.

COSTA, B. A., & ZOLTOWSKI, A. P. C. (2014). Como escrever um artigo de revisão sistemática. In S. H.Koller, M. C. P. P. Couto, & J. Von Hohendorff (2014), **Manual de produção científica** (pp. 55-70). Porto Alegre, RS: Penso.

COTIAS, Adriana. Educação financeira falha em ampliar poupança no Brasil. **Valor Econômico**, 2017. Disponível em: <<https://valor.globo.com/financas/noticia/2017/11/09/educacao-financeira-falha-em-ampliar-poupanca-no-brasil-1.ghtml>>. Acesso em: 02 de mai. de 2021.

COLLARES, C.L. **Endividamento dos servidores ativos, aposentados e pensionistas do poder executivo do Estado Do Ceará com empréstimos consignados**. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal Do Ceará. Fortaleza. p.39. 2019.

CLAUDINO, L. P., Nunes, M. B., & Silva, F. C. (2009, agosto). Finanças Pessoais: Um estudo de caso com servidores públicos. Anais do SEMEAD - **Seminários em Administração**, São Paulo, SP, 14.

DIAS, Eliane. **Impactos Sociais E Ambientais Causados Pelo Consumismo Em Lagoão, Rs**. Monografia (Especialização em Educação Ambiental) - Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, p. 63. 2013.

FARIA, L. I. L. de et al. **Análise da produção científica a partir de publicações em periódicos especializados**. In: Fundação De Amparo À Pesquisa Do Estado De São Paulo. Indicadores de ciência, tecnologia e inovação em São Paulo 2010. São Paulo, 2010.

FRANKENBERG, Louis. **Seu futuro financeiro**. 8. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

FERREIRA, Guilherme Grava. **PaperTool: uma ferramenta para suporte à revisão sistemática da literatura**. 2019.

FERREIRA, Juliana Cezario. A importância da educação financeira pessoal para a qualidade de vida. Caderno de Administração. **Revista da Faculdade de Administração da FEA**, v. 11, n. 1, 2017.

FERREIRA, Fernando Vinícius da Silva. **Finanças Pessoais: um estudo sobre educação financeira dos servidores públicos da UFPB**. 2020. 54f. Monografia. (Graduação em Ciências Contábeis). Universidade Federal da Paraíba. 2020.

FLORIANO, Mikaela Daiane Prestes; FLORES, Silvia Amélia Mendonça; ZULIANI, André Luis Baumhardt. Educação Financeira ou Alfabetização Financeira: Quais as Diferenças e Semelhanças?. **Revista eletrônica Ciências da Administração e Turismo**, v. 8, n. 1, p. 16-33, 2020.

FLORES, Silvia Amélia Mendonça; VIEIRA, Kelmara Mendes; CORONEL, Daniel Arruda. Percepção de risco e propensão ao endividamento: uma análise dos servidores públicos da UFSM. **Revista do CCEI**, v. 18, n. 33, p. 140-153, 2014.

FLORES, Silvia Amélia Mendonça; VIEIRA, Kelmara Mendes; CORONEL, Daniel Arruda. Influência de fatores comportamentais na propensão ao endividamento. **Revista de Administração FACES Journal**, 2013

FLORENCIO, Márcio Nannini da Silva. et al. Alfabetização E Planejamento Financeiro Pessoal: Um Estudo Com Servidores De Uma Universidade Pública. **Congresso Internacional De Administração**. Ponta Grossa-PR. 2020

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIORDANO, Cassio Cristiano. A Educação Financeira e a Base Nacional Comum Curricular. **Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana**. Vol. 10. número 3. 2019

GOMES, Elcio Garcia. NUNES, Juliana Menezes. OLIVEIRA, Renata Cristina Soares. A Contabilidade Como Instrumento de Apoio no Planejamento e Controle das Finanças Pessoais. **Revista Eletrônica Da Fanese** – vol 6 – Nº 1 – Julho 2017.

GUIMARÃES, Sinara; GONÇALVES, Rosiane Maria Lima; MIRANDA, Ingrid de Andrade. **Propensão ao Risco de Endividamento Excessivo dos Servidores Federais: Um Estudo na Universidade Federal de Viçosa** – Campus Rio Paranaíba. 2015.

JUBINI, T. R. S.; BALBINO, J. M. S.; BESSA, L. M. Finanças pessoais: uma pesquisa com servidores de uma Instituição de Ensino Pública Federal. **Revista Científica Intelletto**, v. 2, n. 1, 2017. Disponível em: <https://www.sumarios.org/revista/revista-cient%C3%ADfica-intelletto>. Acesso em: 1 ago. 2021.

LEÃO, Ana Paula Camboim; FERNANDES, Raquel de Aragão Uchoa; MARTINS, Marcelo Machado. Empréstimos consignados e endividamento familiar: estudo junto a servidores/as públicos/as federais em Pernambuco. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**, v. 27, n. 2, p. 152-174, 2016.

LIMA, Eduardo Jordão Silva de. **Educação financeira como negócio de impacto: um estudo sobre os níveis de alfabetização financeira entre policiais militares da Paraíba**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso. Instituto Federal Da Paraíba. João Pessoa-PB. p. 44. 2020.

LISBOA, E. S. F. . **Planejamento e controle das finanças pessoais: um estudo com servidores públicos**. [Monografia - especialização em Contabilidade e Finanças]. Programa de Pós-Graduação em Contabilidade. Universidade Federal do Paraná, 67 p. (2012)

LOPES, Mayara Alves. **Endividamento x planejamento financeiro pessoal: um estudo com policiais militares do estado da Paraíba**. ( Monografia) Universidade Federal Da Paraíba. João Pessoa. p.60. 2019.

MACHADO, Tiago da Silva. **Finanças pessoais: uma análise do perfil financeiro dos alunos de Ciências Contábeis da UFPB durante a pandemia da Covid-19**. 2020.

NITAHARA, Akemi. Endividamento das famílias bate novo recorde em julho. **Agência Brasil**. Rio de Janeiro, 05/08/2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-08/endividamento-das-familias-bate-novo-recorde-em-julho>> Acesso em 10/11/2021.

OLIVEIRA, G. C. (2015). **Finanças pessoais e qualidade de vida no trabalho dos servidores: um estudo aplicado a uma Instituição Federal de Ensino**. [Dissertação - Mestrado Profissional em Gestão Pública]. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Universidade Federal do Espírito Santo, 107 p. 2015.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de Metodologia Científica**: projetos de pesquisas, TGI, TCC, Monografias, Dissertações e Teses. São Paulo: Pioneira, 1999

Oliveira, J. L. M. T. (2016). **Fatores determinantes para a decisão de servidores públicos na adesão à previdência complementar**. (Dissertação de Mestrado) Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas – EBAPE/FGV, Rio de Janeiro, Brasil. p.75. 2016.

OCDE – Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico. **Recommendation on principles and good practices for financial education and Awareness**. 2005. Disponível em: <http://www.oecd.org/daf/fin/financialeducation/35108560.pdf>. Acesso em: 29 dez 2019.

OLIVIERI, M. F. A. Educação Financeira. **Revista Eniac Pesquisa**, v. 2, n. 1, p. 43-51, 2013.

OROZIMBO JÚNIOR, M. **A educação financeira como mitigação do superendividamento: um estudo de caso com servidores públicos**. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) Universidade Federal de Goiás, Aparecida De Goiânia, p.73. 2021.

PACHECO, Greicy Bainha; CAMPARA, Jéssica Pulino; DA COSTA JR, Newton Carneiro Affonso. Traços de personalidade, atitude ao endividamento e conhecimento financeiro: um retrato dos servidores da Universidade Federal de Santa Catarina. **Revista de Ciências da Administração**, v. 20, n. 52, p. 54-73, 2019.

PEIXOTO, C. O.; SOUZA, R. B. de L. Planejamento financeiro pessoal frente ao parcelamento de salários: um estudo com os funcionários públicos do estado do Rio Grande do Sul. **Anais do IV Congresso de Contabilidade da UFRGS**. Porto Alegre: UFRGS, 2019.

PEREIRA, Ronei Mendes *et al.* Crédito Consignado E Endividamento Dos Servidores Do Distrito Federal. **Revista Razão Contábil & Finanças**, v. 11, n. 2, 2020.

PEREIRA A. S. et al. (2018). **Metodologia da pesquisa científica**. [free e-book]. Santa Maria/RS. Ed. UAB/NTE/UFSM.

PONTES, Helena Nascimento da Silva Alves; AYRES, Larissy Carneiro Nascimento; SILVA NETO, Odilon Saturnino. **Equilíbrio Financeiro entre Servidores Públicos e Prestadores de Serviços em João Pessoa**. 2015.

RODRAN, Kleber Genoval de. **Fluxo De Caixa Como Estratégia De Controle De Contas Pessoais: Estudo De Casos**. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) - Universidade Federal Do Espírito Santo. Vitória, p. 128. 2015.

SILVA, C. M. da. **A influência do conhecimento teórico financeiro na gestão das finanças pessoais por formação acadêmica**. 2012. 63f. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade de Rio Verde, 2012.

SOUZA, Dinuarí da Rocha. **Endividamento do Servidor Público: uma análise econômica da situação UNB**. 2015. 86 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/18670>. Acesso em: 06 ago. 2020.

SOUZA, Hygor Araujo de. **Nível de educação financeira x Grau de endividamento: um estudo com os servidores públicos estaduais da saúde do Rio Grande do Norte**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

SOARES, Júnia Rosa; CARVALHERO, Alexandre; TREVISAN, Rafaela Luiza. Pesquisa de diagnóstico: o endividamento de servidores públicos estaduais com empréstimos consignados e seus efeitos para o programa de cidadania financeira de Santa Catarina. In: **CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA**. 2017.

SILVA, J. G.; NETO, O. S. S.; DA CUNHA ARAÚJO, R. C. Educação Financeira de Servidores Públicos: Hábitos de Consumo, Investimento e Percepção de Risco. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 5, n. 2, p. 104–120, 2017.

SILVA, Jadson Santos; GOMES, Ana Karla de Lucena Justino. Educação e planejamento financeiro: um estudo com servidores de uma instituição de ensino superior pública. **Refas-Revista Fatec Zona Sul**, v. 5, n. 2, p. 77-92, 2018.

SILVA, Francisca Paula da. **Gestão financeira pessoal: um estudo das práticas adotadas por servidores públicos efetivos da Prefeitura Municipal de Sousa/PB**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Campina Grande. Souza-PB. p.57. 2018.

SILVA, Rogério; TEIXEIRA, Arilda; BEIRUTH, Aziz Xavier. Finanças pessoais e educação financeira: o perfil dos servidores públicos de um município do Centro-Oeste brasileiro. **Revista Unemat de contabilidade**, v. 5, n. 10, 2016.

SILVA, Sonia Bessa da Costa Nicacio. **Alfabetização econômica, hábitos de consumo e atitudes em direção ao endividamento de estudantes de pedagogia**. 2008.

VIEIRA, Kelmara Mendes et al. De Onde Vem o Bem-Estar Financeiro? Análise dos Fatores Comportamentais, do Gerenciamento Financeiro e da Renda. **Teoria e Prática em Administração (TPA)**, v. 6, n. 2, p. 136-171, 2016.

VIEIRA, Kelmara Mendes et al. Percepção e comportamento de risco financeiro: análise da influência da ocupação e demais variáveis sociodemográficas. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 3, n. 3, p. 130-147, 2013.

ZEMIACKI, Juscelino. **Educação financeira: uma metodologia de pesquisa amostral para aferição de indicadores em fundos de pensão**. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre-RS. p.96. 2015.